

29 — Cristiana Maria Cardoso Lopes — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, na área tributária;

30 — José António Moreira Barbosa de Andrade — nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na área tributária;

31 — Feliciano Silvino Gonçalves Santinho — nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, na área tributária;

32 — Isabel Maria Fernandes Monteiro — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, na área administrativa e tributária;

33 — Raquel Firmino Leal — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, na área administrativa e tributária;

34 — Mara Sofia da Silva Gonçalves — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributária de Lisboa;

35 — Lúcia Ribeiro Henriques — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, na área administrativa e tributária;

36 — Telmo Flávio Tavares dos Santos — nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa;

37 — Ana Cristina Viegas Petronilo Pata Casa Branca — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa.

38 — Rui César Costa Freitas de Carvalho — nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa.

39 — Vanda Sofia Fidalgo da Silva Coutinho — nomeada, a título definitivo, juíza dos tribunais administrativos e fiscais e colocada, em vaga de auxiliar, no Tribunal Tributário de Lisboa.

40 — Carlos Batista da Costa — nomeado, a título definitivo, juiz dos tribunais administrativos e fiscais e colocado, em vaga de auxiliar, no Tribunal Administrativa e Fiscal do Funchal, na área administrativa.

Nos Tribunais Administrativos e Fiscais do Funchal e de Ponta Delgada, fixa-se em 15 dias o prazo para a posse, ou no primeiro dia útil subsequente ao termo de eventual gozo de férias, de licenças de casamento ou parentalidade perante os presidentes dos respetivos tribunais.

Nos restantes tribunais, fixa-se em 5 dias o prazo para a posse, ou no primeiro dia útil subsequente ao termo de eventual gozo de férias, de licenças de casamento ou parentalidade, perante os presidentes dos respetivos tribunais.

Considerando a dispersão geográfica dos Tribunais Administrativos e Fiscais das três zonas geográficas, autoriza-se a posse em local diferente do tribunal de colocação, a fixar por despacho do Senhor(a) Juiz(a) Desembargador(a) Presidente da respetiva zona geográfica.

18 de dezembro de 2018. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Vitor Manuel Gonçalves Gomes*.
311930833

Despacho (extrato) n.º 12552/2018

Por despacho do Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 19 de dezembro de 2018 e no uso da competência delegada pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, por deliberação de 1 de outubro de 2018:

Procede-se, nos termos do artigo 68.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF), à colocação dos Senhores Juizes nos Tribunais Centrais Norte e Sul, Secções de Contencioso Administrativo e de Contencioso Tributário, nos termos seguintes, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019:

1 — Por transferência (artigo 68.º, alínea a), do ETAF):

Mário Manuel Feliciano Rebelo — Juiz Desembargador no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário);

Cristina Maria Santos da Nova — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário);

Maria da Conceição de Magalhães Santos Silvestre — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso

Administrativo) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Administrativo);

Dora Sofia Lucas Neto Gomes — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Administrativo) — colocada no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Administrativo) — mantém a comissão de serviço no Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Maria Helena Barbosa Ferreira Canelas — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Administrativo) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Administrativo);

Nuno Maria e Sousa Coutinho — Juiz Desembargador no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Administrativo) — colocado no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Administrativo);

Ana Cristina Gomes Marques Goinhas Patrocínio — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário);

Maria Alexandra Alendouro Ribeiro — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Administrativo) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Administrativo);

Bárbara de Aguiar Tavares Teles Themudo Santos — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário);

Ana Paula Rodrigues Coelho dos Santos — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário);

Cristina Paula Travassos de Almeida de Jesus Bento Duarte — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário);

Ana Maria Marques Pinhol — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário);

Paula Maria Dias de Moura Teixeira — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Norte (Secção de Contencioso Tributário);

José Vital Brito Lopes — Juiz Desembargador no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário) — colocado no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário);

Maria de Lurdes Delfino Toscano — Juíza Desembargadora no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário) — colocada no Tribunal Central Administrativo Sul (Secção de Contencioso Tributário).

2 — Por promoção (artigo 68.º, alínea b), do ETAF):

2.1 — Tribunal Central Administrativo Norte — Secção de Contencioso Administrativo

Isabel Jovita Macedo Portela Costa — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Administrativo;

Fernando Augusto Martins Duarte — nomeado Juiz Desembargador e colocado no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Administrativo — mantém a comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários;

Ricardo Jorge Pinho Mourinho de Oliveira e Sousa — nomeado Juiz Desembargador e colocado no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Administrativo.

2.2 — Tribunal Central Administrativo Norte — Secção de Contencioso Tributário

Margarida Maria da Costa Reis Canada de Abreu — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário — mantém a comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários;

Maria Celeste Gomes Oliveira — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário;

Paulo Eduardo Ferreira de Magalhães — nomeado Juiz Desembargador e colocado no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário;

Maria da Conceição Pereira Soares — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário;

Maria Silvina Cardoso Marcelino — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário;

Cláudia Sofia Martins Henriques de Almeida — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário;

Maria do Rosário Meneses da Silva Pais — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Norte, Secção de Contencioso Tributário.

2.3 — Tribunal Central Administrativo Sul — Secção de Contencioso Administrativo

Marta Cação Rodrigues Cavaleira — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo — mantém a comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários;

Helena Maria Telo Afonso — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo;

Paula Cristina Oliveira Lopes de Ferreirinha Loureiro — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo;

Ana Carla Teles Duarte Palma — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo — mantém a comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários;

Alda Maria Alves Nunes — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo;

Pedro Nuno de Carvalho Figueiredo — nomeado Juiz Desembargador e colocado no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo;

Jorge Martins Pelicano — nomeado Juiz Desembargador e colocado no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Administrativo.

2.4 — Tribunal Central Administrativo Sul — Secção de Contencioso Tributário

Tânia Sofia Pena Rodrigues Meireles da Cunha — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Tributário — mantém comissão de serviço na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos;

Hélia Maria Correia Gameiro Silva — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Tributário;

Patrícia Manuel Valadas Pires Pereira — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Tributário;

Isabel Maria Vaz Martins Fernandes — nomeada Juíza Desembargadora e colocada no Tribunal Central Administrativo Sul, Secção de Contencioso Tributário.

Fixa-se em 5 dias o prazo para a posse, ou no primeiro dia útil subsequente ao termo de eventual gozo de férias, de licenças de casamento ou parentalidade, perante os presidentes dos respetivos tribunais.

19 de dezembro de 2018. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Vitor Manuel Gonçalves Gomes*.
311938107



PARTE E

BANCO DE PORTUGAL

Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2018

A Diretiva 2014/59/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento (Diretiva 2014/59/UE), foi transposta para o ordenamento jurídico interno através da Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março, alterando o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

Nos termos do artigo 116.º-R e seguintes do RGICSF, as entidades de um grupo podem celebrar contratos de apoio financeiro intragrupo prevendo o apoio financeiro da empresa-mãe às filiais, das filiais à empresa-mãe ou entre filiais, podendo aquele apoio ser unilateral ou recíproco. Estes contratos são aplicáveis caso uma entidade de um grupo pretenda prestar apoio financeiro a uma outra entidade do mesmo grupo relativamente à qual estejam preenchidos os requisitos para a aplicação de uma medida de intervenção corretiva prevista no artigo 141.º do RGICSF. O contrato de apoio financeiro intragrupo deve prever genericamente as condições para a prestação de apoio financeiro intragrupo, nos termos do disposto no artigo 116.º-V do RGICSF, podendo o apoio apenas ser prestado se as mesmas se encontrarem cumulativamente preenchidas.

O Regulamento Delegado (UE) 2016/1075 da Comissão, de 23 de março de 2016, veio estabelecer normas técnicas de regulamentação que detalham mais pormenorizadamente os requisitos previstos nas alíneas *a)*, *c)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 23.º da Diretiva 2014/59/UE, a que correspondem no ordenamento jurídico nacional as alíneas *a)*, *c)*, *g)* e *k)* do artigo 116.º-V do RGICSF.

Adicionalmente, a Diretiva 2014/59/UE habilita a Autoridade Bancária Europeia (EBA) a emitir orientações, nos termos do n.º 3 do seu artigo 23.º, que especifiquem mais pormenorizadamente os requisitos previstos nas alíneas *b)*, *d)*, *f)*, *g)* e *h)* do n.º 1 do mesmo artigo, a que correspondem no ordenamento jurídico nacional as alíneas *b)*, *d)*, *e)*, *f)*, *h)*, *i)* e *j)* do artigo 116.º-V do RGICSF. Consequentemente, a EBA emitiu, em 8 de dezembro de 2015, as «Orientações que especificam as condições para a prestação de apoio financeiro intragrupo» (Orientações EBA/GL/2015/17).

De acordo com o disposto no artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, compete ao Banco de Portugal, enquanto autoridade nacional competente, bem como às instituições, desenvolver todos os esforços para dar cumprimento às orientações e recomendações emitidas pela EBA.

Considerando pertinente assegurar o cumprimento das melhores práticas na celebração de contratos de apoio financeiro intragrupo, expressas nas referidas orientações da EBA, o Banco de Portugal informou a EBA de que pretendia dar cumprimento às mesmas. Nesse sentido, o presente Aviso vem proceder à incorporação das referidas Orientações no quadro regulamentar do Banco de Portugal.

Considerando a repartição de competências entre o Banco de Portugal, enquanto autoridade nacional competente, e o Banco Central Europeu (BCE), nos termos do Regulamento (UE) n.º 1024/2013 do Conselho de 15 de outubro de 2013, que confere ao BCE atribuições específicas no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito, e do Regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu de 16 de abril de 2014, que estabelece o quadro de cooperação, no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão, entre o Banco Central Europeu e as autoridades nacionais competentes, encontram-se excluídas do âmbito de aplicação do presente Aviso as instituições classificadas como significativas à luz do referido enquadramento normativo.

O presente Aviso vem assim estabelecer elementos adicionais da fundamentação da decisão prevista no n.º 1 do artigo 116.º-W do RGICSF, que deve indicar o objetivo do apoio financeiro e a modalidade que este assumirá, bem como a demonstração da verificação de algumas condições previstas no artigo 116.º-V do RGICSF.

Assim, o Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 17.º da sua Lei Orgânica, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua redação atual, e pelo n.º 3 do artigo 116.º-W do RGICSF, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, na sua redação atual, determina o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente Aviso define os elementos adicionais da fundamentação da decisão de prestar apoio financeiro a uma entidade relativamente à qual estejam preenchidos os requisitos para a aplicação de uma medida de in-